



Ministério
da Economia

JULHO DE 2022

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO CONEX

2021 - 2022



CONSELHO CONSULTIVO DO SETOR PRIVADO



**Ministério
da Economia**

Plano de Trabalho Conex
2021 - 2022

Relatório de Acompanhamento

Julho/2022

Sumário

Introdução	3
Eixo Temático 1 – Estratégia Comercial.....	15
1. Definição de estratégia ampla para a política comercial brasileira.....	15
2. Inserção da agenda de sustentabilidade na política comercial brasileira.....	16
Eixo Temático 2 – Estrutura Tarifária	18
3. Redução das tarifas de importação sobre máquinas e equipamentos voltados para o agronegócio	18
4. Redução das tarifas de importação sobre bens que afetam diretamente os consumidores finais.....	18
5. Ratificação do Acordo Mercosul – EU	19
1. Redução dos resíduos tributários na exportação.....	19
2. Engajamento do setor privado no processo de reforma da Tarifa Externa Comum...20	
Eixo Temático 3 – Agenda Regulatória.....	21
1. Criação de fórum dedicado à discussão dos temas regulatórios que impactam a competitividade das empresas brasileiras no comércio internaciona	21
2. Criação de fórum específico para os temas que impactam o comércio exterior de serviços	22
3. Capacitação de pequenas e médias empresas para as exigências internacionais, como a sustentabilidade	23
4. Adoção de documentos eletrônicos no comércio exterior (e-Phyto, e-Cert, e-AWB, Cargo XML, e-CITES, COD, Ata Carnet, Certificado Sanitário Internacional - CSI, dentre outros)	24
5. Facilitação de comércio – reconhecimento mútuo entre operadores.....	25
6. Conclusão do Portal Único de Comércio Exterior	25
7. Melhoria do ambiente regulatório para atração de IED.....	27
8. Ampliação da participação do comércio eletrônico no comércio exterior brasileiro .28	
Eixo Temático 4 – Financiamento às Exportações.....	30
1. Garantir ampliação e previsibilidade orçamentária nos mecanismos de apoio fiscal 30	
2. Exclusão da ABGF do Plano Nacional de Desestatização e manutenção de sua competência de operador do Seguro de Crédito à Exportação	31
3. Adoção de medidas para modernizar, fortalecer e preservar o sistema público de financiamento às exportações e investimentos; revisão das competências de formulação e operacionalização dos órgãos anuentes; simplificação do processo de financiamento com redução no prazo de aprovação.	31
4. Avanço no financiamento para o setor de defesa	32
Eixo Temático 5 – Promoção Comercial.....	33

1. Fortalecer a imagem dos produtos e serviços brasileiros no exterior, com ênfase nos atributos de sustentabilidade	33
1. Reforçar as ações de promoção comercial para o setor de serviços	36
2. Buscar soluções digitais para ampliar a presença brasileira em mercados estratégicos	37
<i>Eixo Temático 6 – Governança</i>	38
1. Mapeamento dos processos do Conex	38

Introdução

O Plano de Trabalho do Conex 2021-2022, aprovado pelos membros do Conselho Consultivo do Setor Privado em sua 18ª Reunião Ordinária, ocorrida em 24/03/21, estabeleceu um conjunto de vinte e três iniciativas divididas em seis Eixos Temáticos: Estratégia Comercial, Estrutura Tarifária, Agenda Regulatória, Financiamento às Exportações, Promoção Comercial e Governança do Conex.

Essas vinte e três iniciativas prioritárias apresentavam diferentes níveis de complexidade e de maturidade¹ quando se lançou o Plano de Trabalho do colegiado. Ademais, suas áreas temáticas se referiam a competências localizadas em diferentes órgãos do Executivo e Legislativo Federal. Dessa forma, fez-se fundamental estabelecer um processo de acompanhamento dessas demandas, visando garantir a efetividade do papel do Conex como instância de concertação público-privada na formulação da política comercial brasileira.

Para tanto, ao longo do último ano foram realizadas gestões internas e externas ao Conex com o objetivo de endereçar as demandas de maneira adequada. Discussões foram realizadas buscando gerar convergência de posicionamento entre os membros e estudos foram elaborados pelos próprios Conselheiros a fim de disseminar conhecimento e embasar as discussões do colegiado. Essa dinâmica levou à produção de cerca de trinta Recomendações² pela Secretaria Executiva da Camex, as quais foram publicadas e formalmente encaminhadas a dezessete diferentes órgãos com competência sobre as áreas temáticas cobertas pelo Plano de Trabalho 2021-2022.

Os quadros a seguir apresentam uma síntese do status em que se encontravam as vinte e três iniciativas quando da publicação do Plano de Trabalho (março/21) e atualmente.

¹ Conforme item 1 do Plano de Trabalho 2021-2022, as iniciativas são classificadas de acordo com a sua maturidade, a saber: discussão; elaboração de recomendação; monitoramento e conclusão.

² Todas as Recomendações Conex encontram-se publicadas no site <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/camex/colegiados/conex>

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Definição de estratégia ampla para a política comercial brasileira	Discussão	Elaboração de Recomendação	Sim, aguardando aprovação do Conex	Conselho de Estratégia Comercial

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Inserção da agenda de sustentabilidade na política comercial brasileira	Discussão	Elaboração de Recomendação	Sim, aguardando aprovação do Conex	Conselho de Estratégia Comercial da Camex, Comitê Executivo de Gestão da Camex (Geceex), Apex-Brasil, Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do MAPA e Encontro de Reguladores Federais da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade da SEPEC/ME
Redução das tarifas de importação sobre máquinas e equipamentos voltados para o agronegócio	Discussão	Cancelada	-	-

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Redução das tarifas de importação sobre bens que afetam diretamente os consumidores finais	Discussão	Discussão	-	-
Ratificação do Acordo Mercosul – EU	Monitoramento	Monitoramento	2	Conselho de Estratégia Comercial da Camex, Ministério do Meio Ambiente e Conselho da Amazônia Legal
Redução dos resíduos tributários na exportação	Monitoramento	Monitoramento	-	Congresso Nacional
Engajamento do setor privado no processo de reforma da Tarifa Externa Comum	Monitoramento	Monitoramento	-	Comitê Executivo de Gestão da Camex

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Criação de fórum dedicado à discussão dos temas regulatórios que impactam a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional	Monitoramento	Concluído	3	Encontro de Reguladores Federais, coordenado pela SEAE/SEPEC/ME

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Criação de fórum específico para os temas que impactam o comércio exterior de serviços	Monitoramento	Concluído	5	Comitê Executivo de Gestão da Camex
Capacitação de pequenas e médias empresas para as exigências internacionais, como a sustentabilidade	Monitoramento	Monitoramento	13 e 14	SECEX e Apex-Brasil
Ampliação da adoção dos padrões internacionais de documentos eletrônicos: e-Phyto, e-Cert, e-AWB, Cargo XML, e-CITES, COD, Ata Carnet, Certificado Sanitário Internacional - CSI, dentre outros	Monitoramento	Monitoramento	6	CONFAC
Facilitação de comércio – reconhecimento mútuo entre operadores econômicos autorizados, principalmente nos EUA;	Monitoramento	Monitoramento	-	CONFAC

Aperfeiçoamento dos mecanismos aduaneiros, com simplificação e modernização do regime aduaneiro brasileiro, com vistas a agilizar os procedimentos/operações comerciais e revisão das autorizações prévias para o incremento do comércio exterior brasileiro. (CONCLUSÃO DO PORTAL ÚNICO DO COMÉRCIO EXTERIOR)

Monitoramento

Monitoramento

4

CONFAC

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Melhoria do ambiente regulatório para atração de IED	Monitoramento	Monitoramento	-	CONINV
Ampliação da participação do comércio eletrônico no comércio exterior brasileiro	Monitoramento	Monitoramento	7 a 9	Apex-Brasil, MRE e SECEX

Garantir ampliação e previsibilidade orçamentária nos mecanismos de apoio fiscal	Monitoramento	Monitoramento	19 a 25	Secretaria de Gestão Corporativa da SE/ME, Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do ME, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Comissão Diretora do Senado Federal, Mesa Diretora do Congresso Nacional
--	---------------	---------------	---------	---

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Exclusão da ABGF do Plano Nacional de Desestatização, manutenção de sua competência de operador do Seguro de Crédito à Exportação;	Monitoramento	Monitoramento	-	Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do ME, Secretaria Executiva do ME
Adoção de medidas para modernizar, fortalecer e preservar o sistema público de financiamento às exportações e investimentos; Revisão das competências de formulação e operacionalização dos órgãos anuentes; Simplificação do processo de financiamento com redução no prazo de aprovação.	Monitoramento	Monitoramento	-	Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior da SECAMEX/ME
Avanço no financiamento para o setor de defesa	Monitoramento	Monitoramento	-	Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior da SECAMEX/ME, Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do ME, Ministério da Defesa

Iniciativa	Status em março/21	Status em junho/21	Recomendação vinculada	Órgãos envolvidos
Fortalecer a imagem dos produtos e serviços brasileiros no exterior, com ênfase nos atributos de sustentabilidade	Monitoramento	Monitoramento	15 a 18	MAPA, MRE, Apex-Brasil e EMBRATUR
Reforçar as ações de promoção comercial para o setor de serviços	Monitoramento	Monitoramento	10 a 12	MRE, Apex-Brasil e SECEX
Buscar soluções digitais para ampliar a presença brasileira em mercados estratégicos	Monitoramento	Monitoramento	-	-
Mapeamento de processos CONEX	Discussão	Concluído	-	SECAMEX/ME

Analisando-se de forma consolidada, o Plano de Trabalho do Conex para o biênio 2021-2022 apresentou os seguintes resultados em seu primeiro ano de execução:

Status da Iniciativa	Qtd de iniciativas	
	Março/21	Junho/22
Discussão	5	1
Elaboração de Recomendação	0	3
Monitoramento	18	15
Concluída	0	3
Cancelada*	0	1
<i>TOTAL</i>	<i>23</i>	<i>23</i>

*em junho/21 o Conselho decidiu pelo cancelamento de uma das iniciativas

Os números acima denotam o avanço em alguns itens da agenda temática do Conex, notadamente aqueles que saíram do status “Discussão” para o status “Elaboração de Recomendação”, além daqueles que passaram para o status “Concluído”. Por outro lado, a quantidade de iniciativas que permaneceu no status “Monitoramento” denota a importância da continuidade das atividades de acompanhamento e monitoramento do Plano de Trabalho, de forma a dar mais ímpeto a temas de relevância para os representantes do setor privado que porventura não tenham evoluído satisfatoriamente ao longo do seu primeiro ano de execução.

Eixo Temático 1 – Estratégia Comercial

Política comercial é o conjunto de medidas e instrumentos que afetam as transações comerciais de um país com o resto do mundo. Tais medidas e instrumentos podem se concretizar por meio da imposição de tarifas, cotas, barreiras não-tarifárias, subsídios etc.

Dessa forma, a política comercial de um país afeta diretamente tanto os resultados de suas exportações e importações, quanto os níveis de atividade e de emprego domésticos, na medida em que modifica o grau e o tipo de exposição da indústria nacional à concorrência estrangeira.

A fim de discutir os fundamentos da política comercial brasileira para os próximos anos, os membros do Conex elegeram duas iniciativas prioritárias no eixo de Estratégia Comercial: a definição de uma estratégia ampla para a política comercial brasileira, que estabelecesse os pilares sobre os quais deverão ser discutidos as medidas e instrumentos da nossa política comercial, e; a discussão sobre como inserir o tema da sustentabilidade de forma estruturada em nossas decisões de política comercial.

Como se trata de temas amplos e complexos, o ponto inicial de construção dessas iniciativas foi a realização de estudos que pudessem, ao mesmo tempo, jogar luz sobre os temas e embasar a publicação de Recomendações Conex, como se verá a seguir.

1. Definição de estratégia ampla para a política comercial brasileira



Conforme definido na 1ª Reunião Extraordinária do Conex de 2021, o ICC-Brasil se responsabilizou pela produção de um documento com o objetivo de apresentar ao governo brasileiro as prioridades do setor privado para a nossa política comercial. Desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2021, o estudo³ deverá, primeiramente, ser aprovado pelos membros do Conex, bem como as Recomendações dele advindas, o que deve

³ Anexo 1 deste Relatório

acontecer na 20ª. Reunião Ordinária do colegiado em 12/07/22.

De acordo com o ICC-Brasil, o trabalho pretende incentivar o governo a criar um plano de inserção internacional da economia brasileira, dando diretrizes gerais que devem ser levadas em conta. Ele apresenta as linhas gerais da evolução da inserção do Brasil no comércio exterior, com uma análise da evolução da participação do Brasil nos fluxos de comércio exterior e da política comercial brasileira, e a discussão de porque a inserção internacional da economia brasileira é importante.

Ademais, apresenta os pilares para uma estratégia de política comercial de longo prazo, e sugere propostas para uma nova agenda para a integração econômica internacional do Brasil. Os pontos foram selecionados com base no trabalho que a ICC desenvolve globalmente e em seu trabalho no Brasil e que impactam mais diretamente a questão da inserção internacional. O estudo trata ainda de experiências de outros países, e aponta aspectos da evolução da inserção internacional e das políticas comerciais de certos países que podem ilustrar a implementação de estratégias de trajetórias de política comercial de longo prazo, de interesse para o caso do Brasil.

Após aprovação do estudo e das Recomendações Conex, eles serão formalmente encaminhados ao Conselho de Estratégia Comercial da Camex, órgão responsável pela definição e implementação das diretrizes de política comercial no Brasil.

2. Inserção da agenda de sustentabilidade na política comercial brasileira



Conforme definido na 1ª Reunião Extraordinária do Conex de 2021, a PROTESTE se responsabilizou pela produção de um documento com o objetivo de apresentar ao governo brasileiro as oportunidades e desafios ligados à agenda da sustentabilidade no comércio internacional. Desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2021, o estudo⁴ deverá, primeiramente, ser aprovado pelos membros do Conex, bem como as Recomendações dele advindas, o que deve acontecer na 20ª. Reunião Ordinária do colegiado em 12/07/22.

De acordo com a PROTESTE, a cada nova década que passa, ao passo de um cenário cada vez mais agudo de mudanças climáticas, mais barreiras vão sendo erguidas

⁴ Anexo 2 deste Relatório

contra produtos e produtores que não comprovem níveis internacionalmente aceitos de sustentabilidade socioambiental. O Brasil pode e deve levar em conta essas mudanças conjunturais globais na formulação de sua política comercial, sob pena de, no mínimo, deixar de usufruir de oportunidades que são naturais à sua vocação produtiva e, no máximo, a perda de oportunidades exportadoras historicamente conquistadas.

Diante do acima exposto, o estudo a ser apresentado aos membros do Conex em sua 20ª. Reunião Ordinária tem por objetivos: o mapeamento dos principais diplomas, regras e direcionadores, legalmente vinculantes ou não, que têm o potencial de dificultar e /ou barrar a exportação de produtos brasileiros ou, ao contrário, de incrementar o acesso a mercados desses produtos, em função dos seus processos produtivos e/ou reputação, e; a colheita de subsídios para a formulação de uma recomendação do CONEX (Conselho do Setor Privado da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia) ao Conselho de Estratégia Comercial, com vistas à inserção da agenda de sustentabilidade na política comercial brasileira, de forma a garantir o acesso dos produtos brasileiros a mercados, a preservação e aumento de competitividade da economia brasileira e o aproveitamento de vantagens comparativas do Brasil (e sua transformação em vantagens competitivas).

Após aprovação do estudo e das Recomendações Conex, eles serão formalmente encaminhados ao Conselho de Estratégia Comercial da Camex, órgão responsável pela definição e implementação das diretrizes de política comercial no Brasil.

Eixo Temático 2 – Estrutura Tarifária

Em suas expectativas iniciais com relação ao trabalho do Conselho, os membros do Conex apontaram a necessidade de se discutir os atuais níveis aplicados aos impostos de importação no Brasil.

Enquanto instrumento de política comercial, a estrutura tarifária brasileira pode ser utilizada de forma defensiva, em que os objetivos de desenvolvimento econômico do país presumem a proteção da indústria nacional da concorrência externa, ou ofensiva, em que a consecução de tais objetivos depende da maior integração da economia ao mercado internacional e às cadeias globais de valor.

Para este eixo os membros do Conex definiram cinco iniciativas prioritárias, que visavam discutir e/ou acompanhar diferentes aspectos relacionados à dinâmica de alteração das tarifas de importação no Brasil dentro das diferentes modalidades à disposição do governo notadamente a redução unilateral e a negociação de acordos bilaterais de comércio.

3. Redução das tarifas de importação sobre máquinas e equipamentos voltados para o agronegócio

Esse item do Plano de Trabalho foi cancelado, tendo em vista que não foram recebidas candidaturas para líder da iniciativa na 1ª Reunião Extraordinária do Conex em 2021.

4. Redução das tarifas de importação sobre bens que afetam diretamente os consumidores finais

Status inicial:	Discussão
Status atual	Discussão
Recomendação vinculada:	N/A
Órgão(s) envolvido(s)	N/A

Conforme definido na 1ª Reunião Extraordinária do Conex de 2021, o Instituto Defesa Coletiva (IDC) se responsabilizou pela produção de um documento com o objetivo de apresentar ao governo brasileiro reflexões sobre os ganhos relacionados à redução do imposto de importação em produtos voltados aos consumidores finais, notadamente idosos de baixa renda. Desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2021, o estudo⁵ será apresentado aos

membros do Conex, na 20ª. Reunião Ordinária do colegiado em 12/07/22.

⁵ Anexo 3 deste relatório

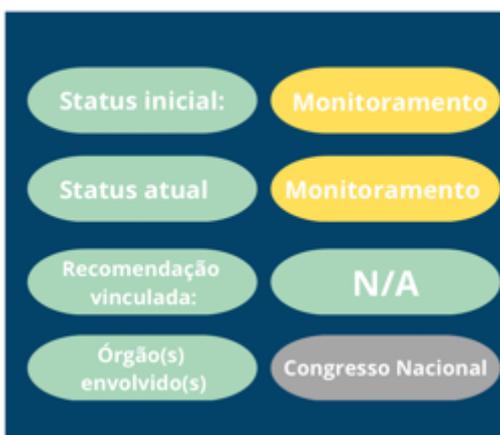
Em linha com os objetivos definidos em seu estatuto, o Instituto Defesa Coletiva assumiu a liderança do trabalho que busca revisar a estrutura tarifária adotada no Brasil, atuando mais especificamente na avaliação das alíquotas do Imposto de Importação. O objetivo é buscar a correção de possíveis distorções que possam estar impactando negativamente o consumidor brasileiro, por ocasionarem inexistência ou pouca concorrência em produtos estrangeiros, com a consequente dificuldade de acesso aos produtos com qualidade e preços mais favoráveis.

5. Ratificação do Acordo Mercosul – EU



Recomendação encaminhada ao CEC, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Conselho da Amazônia Legal em 23/09/21 por meio dos Ofícios SEI nrs.17476286 e 17477098. Tema segue sendo acompanhado pela Secretaria Executiva da CAMEX, porém sem avanços recentes.

1. Redução dos resíduos tributários na exportação



A redução dos resíduos tributários na exportação é parte integrante das discussões acerca da reforma tributária no Brasil.

O governo federal encaminhou, até o momento, duas propostas que compõem a agenda da reforma tributária ao Congresso: a) reforma do Imposto de Renda (PL 2.337/2021); e b) proposta de unificação do PIS/Cofins em uma só contribuição social chamada CBS (PL 3.887/2020).

Adicionalmente, o governo reduziu em até 35% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para diversos produtos de diferentes setores da economia. Entende-se que a redução horizontal dos resíduos tributários na

exportação depende de um sistema tributário simples, racional e eficiente, adequado à realidade econômica do país e às melhores práticas internacionais.

2. Engajamento do setor privado no processo de reforma da Tarifa Externa Comum

Status inicial:	Monitoramento
Status atual	Monitoramento
Recomendação vinculada:	N/A
Órgão(s) envolvido(s)	Comitê Executivo de Gestão da Camex

O Ministério da Economia mantém constante diálogo, nos mais diversos níveis, com diferentes segmentos do setor privado sobre as medidas adotadas e em negociação, de forma a garantir a transparência e a participação das partes interessadas no importante processo de modernização e maior integração da economia brasileira aos fluxos internacionais de comércio e investimento.

Ao longo dos últimos dois anos as discussões em torno de uma eventual reforma da TEC foram sobrestadas, em função das condicionantes econômicas e geopolíticas impostas pela pandemia da Covid-19. No entanto, a fim de aliviar as consequências econômicas negativas decorrentes da crise sanitária, bem como as da recente guerra na Ucrânia – principalmente a alta no custo de vida da população de menor renda e o aumento de custo das empresas que consomem esses insumos na produção e comercialização de bens - mais de 87% dos códigos tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) tiveram a alíquota reduzida pelo Brasil para 0% ou reduzida em um total de 20%.

Segundo estimativas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a redução total da TEC aplicada sobre esses produtos – sendo 10% em 2021 e mais 10% em 2022 – terá impactos acumulados, no longo prazo, de R\$ 533,1 bilhões de incremento no PIB, de R\$ 376,8 bilhões em investimentos, de R\$ 758,4 bilhões em aumento das importações e de R\$ 676,1 bilhões de acréscimo nas exportações, resultando em R\$ 1,434 trilhão de crescimento na corrente de comércio exterior (soma de importações e exportações), além de redução do nível geral de preços na economia.

Objetiva-se que a redução, realizada de forma temporária e excepcional, possa ser incorporada ao Mercosul (tornando-se permanente) a partir de negociações já em curso.

Eixo Temático 3 – Agenda Regulatória

A estreita e crescente interação entre comércio de bens e serviços, investimento e cadeias de valor domésticas e globais ampliou o alcance da política comercial para além das medidas tarifárias. As políticas comerciais agora operam cada vez mais "por trás da

fronteira" por meio de instrumentos como regulamentos técnicos, standards, medidas sanitárias e fitossanitárias, e normas que estabelecem requisitos específicos para a comercialização de serviços e a realização de investimentos.

Ou seja, estão cada vez mais interligadas às agendas regulatórias domésticas, buscando

potencializar seus resultados sem, no entanto, se confundir com práticas condenáveis nos fóruns político-econômicos internacionais, principalmente na OMC.

As expectativas preliminarmente apontadas pelos membros do Conex em torno do eixo Agenda Regulatória destacaram a necessidade de maior desburocratização das operações de comércio exterior, promoção da integridade e da transparência, e maior integração do comércio de serviços aos fluxos de bens e investimentos, entre outras.

Em conjunto, todas essas demandas contribuem para a redução da complexidade e dos custos de transação para as empresas no País, dinamizando a economia brasileira e tornando o nosso ambiente de negócios mais atraente para os investidores estrangeiros.

1. Criação de fórum dedicado à discussão dos temas regulatórios que impactam a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional



Após a fase inicial do Plano de Trabalho em que esta iniciativa esteve em monitoramento, foi elaborada a Recomendação Conex nr. 3, que propôs a criação de instância específica para tratar dos temas regulatórios em comércio exterior no âmbito do Encontro de Reguladores Federais, coordenada pela Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competividade da SEPEC/ME e pela Secretaria-Executiva da Camex da SECINT/ME.

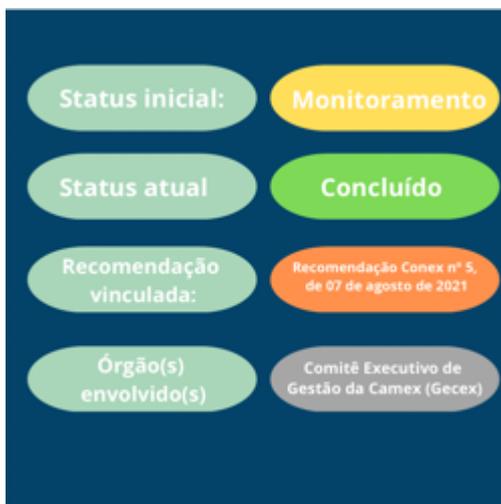
Foi realizada, em 09 de dezembro de 2021, a primeira reunião do Encontro de Reguladores Federais com foco em questões regulatórias com impacto no comércio

exterior brasileiro a reunião contou com a participação de diversos reguladores e foram apresentadas iniciativas internas (visão interna da política de regulação, apresentação sobre o novo modelo regulatório do Inmetro) e externas (anexo sobre boas práticas regulatórias celebrado com os EUA, relato sobre o Trade Policy Review da OMC, e atualização sobre o Regulatory Peer Review da OCDE).

Adicionalmente, a Confederação Nacional da Indústria apresentou trabalho com foco no impacto, para o comércio exterior do país, ocasionado pelo excesso de regulação.

Nova reunião poderá ser realizada em breve, a depender de coordenação entre as partes envolvidas e da disponibilidade de recursos humanos.

2. Criação de fórum específico para os temas que impactam o comércio exterior de serviços



Após a fase inicial do Plano de Trabalho em que esta iniciativa esteve em monitoramento, foi elaborada a Recomendação Conex nr. 5, que propôs a criação de um grupo de trabalho específico para discutir o comércio exterior de serviços. O GT Serviços foi instituído no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex), por meio da Resolução GECEX nº 263, de 18 de outubro de 2021. O GT Serviços já se reuniu ordinariamente três vezes. Em sua segunda reunião ordinária, ocorrida em 23 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Plano de Trabalho para 2022. O

Plano, que conta com cinco iniciativas a serem implementadas e cinco temas para discussão entre os membros, foi construído com base em contribuições recebidas dos próprios membros e do setor privado, por meio de consulta pública.

Nas reuniões realizadas até o momento foram debatidos os seguintes temas:

- promoção comercial de serviços e e-commerce (programa e-xport, que trata da promoção do comércio eletrônico brasileiro no exterior);
- índice de restrição ao comércio de serviços da OCDE e sugestões de ações concretas para reduzir o grau de restrição em setores específicos;
- divulgação e aprimoramento de estatísticas sobre o comércio exterior de serviço; e
- simplificação do processo de revalidação de diplomas no Brasil com controle de qualidade e estímulo à atração de profissionais qualificados oriundos do exterior.

Estão previstas mais três reuniões ordinárias, até outubro do corrente ano, nas quais serão especialmente debatidas linhas de ação para questões de cunho tributário que afetam o comércio exterior de serviços e o comércio eletrônico, como a inclusão de

serviços em regimes aduaneiros especiais e os impactos de acordos tributários internacionais. Ao final dos trabalhos em desenvolvimento, será produzido relatório com o resultado das atividades realizadas pelo grupo, bem como propostas dirigidas ao Comitê-Executivo de Gestão da Camex.

3. Capacitação de pequenas e médias empresas para as exigências internacionais, como a sustentabilidade



As Recomendações supracitadas foram encaminhadas à Apex-Brasil e SECEX em setembro de 2021, sugerindo a criação de programas de capacitação voltados para as crescentes exigências internacionais em requisitos de sustentabilidade.

No último ano a Apex-Brasil produziu mais de vinte documentos (informes, alertas regulatórios e estudos) tratando de questões ligadas à sustentabilidade, seus impactos e oportunidades para os exportadores brasileiros em mercados

estratégicos como a União Europeia e os Estados Unidos. Destaque especial para o estudo "Produtos Amazônicos: Oportunidades e Apelos Globais" e para o informe "Importância das Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS)".

Além disso, ao longo de 2021 e 2022 estão em execução ações de capacitação em sustentabilidade em diversos Projetos Setoriais da Agência, cobrindo setores como têxteis e vestuário, calçados e seus componentes, móveis, cerâmicas, carne bovina, couros, algodão e etanol. Essas ações focam, entre outras iniciativas, em discussões de boas práticas para os setores, em como projetar a sustentabilidade brasileira internacionalmente, na produção de indicadores de sustentabilidade e no inventário setorial de emissão de GEE (Gases de Efeito Estufa), além de obtenção de certificações internacionais de sustentabilidade.

4. Adoção de documentos eletrônicos no comércio exterior (e-Phyto, e-Cert, e-AWB, Cargo XML, e-CITES, COD, Ata Carnet, Certificado Sanitário Internacional - CSI, dentre outros)



O Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC) tem atuado nos temas indicados desde a sua instituição, por meio do Decreto nº 10.373, de 26 de maio de 2020. A modernização dos processos de comércio exterior é iniciativa conjunta da Secretaria de Comércio Exterior e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com os órgãos anuentes e tem como objetivo reduzir os custos e aumentar a eficiência das operações de comércio exterior. A ação é desenvolvida a partir da

revisão de processos e normas, do desenvolvimento e implantação de sistemas de gestão de risco, e da integração dos sistemas dos órgãos anuentes ao Portal Único de Comércio Exterior.

Da mesma maneira, em atendimento à Lei de Melhoria do Ambiente de Negócios - Lei nº 14.195, de 2021, o Comitê tem atuado em suas reuniões, reforçando as obrigações dirigidas aos órgãos anuentes de comércio exterior relacionadas aos controles por eles exercidos sobre as exportações e importações, tais como: a obrigação de uso exclusivo do emprego do Portal Único para o preenchimento de quaisquer formulários ou a apresentação de quaisquer informações que sejam requisitos para a importação ou a exportação; as normas destinadas a estabelecer o requisito de licença ou autorização devem ser sujeitas à consulta pública e à análise de impacto regulatório; e a obrigação de revisão das exigências de licenciamento ou autorização de importação ou de exportação.

Por fim, o CONFAC destacou em suas reuniões de novembro de 2021 a importância de os órgãos emitirem seus normativos relativos ao acesso às informações que serão disponibilizadas pelo Siscomex Data, ferramenta que poderá viabilizar a desburocratização de um rol significativo de operações de comércio exterior. Os órgãos intervenientes devem atualizar sua regulamentação interna que indicará as informações necessárias para se efetuar o controle administrativo nas operações de comércio exterior.

5. Facilitação de comércio – reconhecimento mútuo entre operadores



Considerando este tema já constar do Plano de Trabalho do CONFAC para o biênio 2021-2022, não foi produzida Recomendação Conex a seu respeito.

Foi assinado, em 19 de maio de 2022, o Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) Regional entre 11 países. Além do Brasil, fazem parte do acordo Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Segundo a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a partir do início da vigência do Acordo 45% das exportações

brasileiras serão destinadas a países com os quais o Brasil já tenha firmado um Acordo de Reconhecimento Mútuo.

Em relação à celebração de um Acordo com os Estados Unidos, o Governo brasileiro segue tratando a pauta como prioridade. Entretanto, ainda não foi possível concluir as etapas prévias necessárias para a conclusão do instrumento entre os países.

6. Conclusão do Portal Único de Comércio Exterior



De acordo com a Secretaria Executiva do CONFAC, o Programa Portal Único de Comércio Exterior é a principal iniciativa de desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro. Representa não só a criação de um guichê único para centralizar a interação entre o governo e os operadores privados atuantes no comércio exterior, mas também a reformulação dos processos de exportação e importação, tornando-os mais eficientes e harmonizados. Na base dessa iniciativa está a implantação de conceitos

como a transparência e disponibilidade de informações, a eficiência processual, a coordenação e harmonização da atuação dos órgãos de governo e a gestão de riscos.

Durante o segundo semestre de 2021, foi desenvolvido o módulo de verificação física de mercadorias por parte dos órgãos anuentes, que permitirá a atuação coordenada desses órgãos, a saber, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com a Receita Federal do Brasil nas importações que possam requerer inspeção física ou documental das

mercadorias. Este é um dos pilares de melhoria do Novo Processo de Importação, que trará ganhos de eficiência por meio de otimização da movimentação de cargas e, conseqüentemente, contribuirá para a redução dos tempos de liberação das importações sujeitas à inspeção física ou exame documental.

A atuação do MAPA e da Anvisa na situação mencionada se dará com base nos dados apresentados pelos importadores na Declaração Única de Importação (Duimp). Alia-se a esse fato a construção do módulo de gerenciamento de risco para utilização pelos órgãos anuentes, efetuada durante o ano de 2021, possibilitando maior assertividade no controle de cargas que requerem acompanhamento. O resultado esperado é uma redução da intervenção governamental no fluxo logístico da carga.

Em 2021, também foi realizada consulta pública dos atributos que serão utilizados no Portal Único, os quais têm a finalidade de melhorar a identificação das mercadorias para fins de controles aduaneiro e administrativo, estatísticos, tributários e de valoração aduaneira. A base de dados disponibilizada foi construída no âmbito do Projeto Mapeamento e Definição dos Atributos do Programa Portal Único de Comércio Exterior, a partir de sugestões de representantes de 43 setores da economia e dos órgãos intervenientes no comércio exterior. Cerca de 2 mil atributos foram disponibilizados na Consulta Pública, para os quais foram recebidas cerca de 18 mil contribuições da iniciativa privada.

Além disso, alguns órgãos anuentes remodelaram seus processos de importação e sistemas internos para utilizar as ferramentas do Portal Único. Dentre os principais resultados, destacam-se as seguintes entregas por órgão:

- MAPA: inclusão de todas as mercadorias nas quais tem anuência na fase piloto de integração do sistema de importação com o módulo de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO) do Portal Único Siscomex;
- Anvisa: início da fase piloto de integração do sistema de importação com o módulo LPCO do Portal Único Siscomex para as importações de cosméticos, produtos de terapias avançadas, material de referência, alimentos e saneantes;
- IBAMA: o sistema Pau-Brasil já está preparado para integração ao Portal Único Siscomex;
- Inmetro: início da fase piloto de integração do sistema de importação com o módulo LPCO do Portal Único Siscomex para as importações de pneus, máquinas de lavar roupa, pneumáticos de borracha de caminhões e ônibus, rodas e instrumentos de medição.

Não obstante todos os avanços mencionados e os esforços envidados pelo governo para a completa implementação do Portal Único de Comércio Exterior até o final de 2022, tal objetivo não poderá ser atingido em razão dos seguintes fatores:

- 1) A estrutura de governança do Programa Portal Único de Comércio Exterior, regida pela Portaria ME nº 402, de 3 de dezembro de 2020,

pauta-se na gestão conjunta do Programa exercida pelas Secretarias Especiais de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT) e da Receita Federal do Brasil (RFB). Nesse contexto, a mobilização dos Auditores-Fiscais da RFB, deflagrada no final de 2021, implicou na redução ou paralisação, desde então, dos trabalhos realizados nos projetos que compõem o Portal Único. Com efeito, não foi possível colocar em funcionamento as etapas do Novo Processo de Importação já construídas pelo prestador de serviços de TI e homologadas pelas equipes técnicas responsáveis. Além disso, salvo iniciativas vinculadas exclusivamente à processos de trabalho da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e dos órgãos anuentes, também não foi possível iniciar o desenvolvimento de novos módulos e funcionalidades do sistema tal qual havia sido anteriormente planejado.

- 2) Os recursos orçamentários disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 são insuficientes para cobrir a sustentação do Siscomex até o final do exercício. A situação põe em risco os recursos (já restritos) de 2022 que seriam alocados para investimento em novos módulos e funcionalidades do Portal Único, uma vez que pode ser necessária a sua utilização para ajudar no custeio dos módulos atuais.
- 3) O prestador de serviços de TI (Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO) informou não haver condições técnicas capazes de garantir que 100% das importações brasileiras pudessem ser realizadas no Portal Único até o final de 2022. Além disso, considerando o fator elencado no item 1 acima, o SERPRO realocou as equipes que atuavam em diversas frentes de trabalho do Portal Único para outros projetos governamentais. Essa decisão afeta a produtividade da empresa de TI nas próximas etapas de implementação do Novo Processo de Importação.

7. Melhoria do ambiente regulatório para atração de IED

Status inicial:	Monitoramento
Status atual	Monitoramento
Recomendação vinculada:	N/A
Órgão(s) envolvido(s)	Comitê Nacional de Investimentos (CONINV)

O Plano Nacional de Investimentos (PNI) do Coninv tem entre as ações a serem implementadas, especificamente no âmbito do pilar “Melhoria Regulatória”, coordenar a elaboração da Agenda Regulatória para a Melhoria do Ambiente de Investimentos, atualmente composta por mais de 180 atos normativos, distribuídos entre 13 campos temáticos: aduaneiro; metrologia; aéreo; defesa; energia; financiamento; seguros e mercados de capitais; mineração; petróleo e

gás; previdenciário; saúde e vigilância sanitária; tecnologia e comunicações; transportes; e tributação.

Na sua primeira fase, a Agenda Regulatória consistiu na identificação dos atos normativos com impacto sobre ambiente de investimentos do País. Uma vez identificados tais atos, tarefa que foi realizada pela Secretaria-Executiva da Camex em conjunto com os órgãos federais que compõem a Rede de Pontos Focais do OID, definiu-se, para cada ato selecionado, uma das 4 linhas de ação a seguir: revisão, consolidação, revogação ou criação. O acompanhamento do trabalho, que deve ser concluído até o final de 2022, é feito pela Secretaria-Executiva do Coninv, que colhe semestralmente junto aos cerca de 15 órgãos que participam da iniciativa informações atualizadas sobre a evolução do trabalho, informações essas que servem de base para os relatos feitos nas reuniões do colegiado.

Está em curso a consolidação das atualizações enviadas no âmbito da 3ª etapa de monitoramento da Agenda Regulatória, referente às ações realizadas no primeiro semestre de 2022. A 2ª etapa de monitoramento, cujos resultados foram relatados na 8ª reunião do Coninv, ocorrida em dezembro de 2021, indicou que 58% das linhas de ação definidas estavam em execução, 37% haviam sido executadas e 5% ainda não haviam sido iniciadas.

8. Ampliação da participação do comércio eletrônico no comércio exterior brasileiro



A realização de rodadas de negócio em formato virtual e ações digitais de promoção de imagem já é parte fundamental da estratégia de promoção comercial de diversos setores apoiados pela Apex-Brasil por meio dos seus Projetos Setoriais, tais como rochas, revestimentos cerâmicos, plásticos, arte, moda, máquinas e equipamentos, móveis, couros, balas, doces e confeitos, cafés especiais e algodão.

Para 2022, a grande aposta da Apex-Brasil é a parceria com as principais plataformas de comércio eletrônico do mundo (Ali Baba, Amazon, Mercado Livre, e-Bay e RangeMe), desenvolvendo ações de capacitação das empresas brasileiras para o estabelecimento de suas lojas virtuais nesses canais e promovendo seus produtos no mercado internacional.

Ressaltam-se os esforços envidados pelo Ministério da Economia, em parceria com a Apex-Brasil, o Ministério de Relações Exteriores, o SEBRAE, a CNI e a CNA para a construção e implantação de uma plataforma eletrônica de serviços integrados de comércio exterior voltados prioritariamente ao atendimento de micro, pequenas e

médias empresas (MPMEs) brasileiras, construída no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido.

A plataforma, cujo desenvolvimento tecnológico está em estágio avançado, será um mercado virtual (marketplace) no qual as MPMEs brasileiras poderão identificar, comprar e consumir serviços voltados às exportações, incluindo, de forma não exaustiva, serviços de avaliação de maturidade exportadora, capacitação empresarial, inteligência comercial, promoção comercial, financiamento, seguros e garantias, logística, despacho e documentação aduaneiros, entre outros.

Ainda, na esfera do Programa, foram realizados projetos pilotos que tiveram como objetivo testar e aprimorar serviços que deverão ser oferecidos pela plataforma no futuro. Os principais temas desses projetos foram: comércio B2B (incluindo eventos de promoção comercial em formato integralmente virtual), comércio B2C (utilização de plataformas de comércio eletrônico) e promoção de serviços rurais sustentáveis.

O Plano Nacional da Cultura Exportadora – PNCE, além de motivar o engajamento dos órgãos e instituições que contribuem ativamente para execução do Programa de Facilitação de Comércio, deu origem ao primeiro serviço que será integrado à referida plataforma. De forma totalmente digital, MPMEs brasileiras poderão realizar um autodiagnóstico de maturidade exportadora e receber, de forma automática, um plano de ações para internacionalização. O sistema que possibilitará essa dinâmica também está em fase final de desenvolvimento e, em breve, será conectado à plataforma.

No âmbito do Ministério de Relações Exteriores, está em processo, no atual contexto de recuperação pós-pandemia – em que a ferramenta digital para promoção de produtos, serviços e investimentos tornou-se ainda mais valiosa –, reformulação da plataforma aberta ao público (InvestExport – I&E). O novo I&E Brasil terá como principais funcionalidades: (i) a divulgação de produtos e serviços, para consulta de público brasileiro e estrangeiro; (ii) a busca direta por estudos de inteligência comercial; (iii) contatos de empresas estrangeiras importadoras; (iv) pesquisas de mercado; (v) sinopses de concorrências públicas internacionais; dentre outras informações.

A plataforma digital interna do MRE também está sendo reestruturada, com vistas a atualizá-la, modernizá-la e torná-la mais ágil para a organização do processo de seleção de eventos de promoção de comércio e investimentos. O princípio orientador dessas reformas é a digitalização total de procedimentos da atual plataforma, com vistas também a uma integração completa com os sistemas da Apex-Brasil.

Eixo Temático 4 – Financiamento às Exportações

Em um cenário de recessão mundial como o vivido nos últimos dois anos, é natural que a procura por financiamento, equalização e seguro de crédito aumente entre os exportadores brasileiros, fato que se comprovou a partir das prioridades apontadas pelos representantes do setor privado do Conex já em sua primeira reunião.

Essas prioridades deram origem a quatro iniciativas no Plano de Trabalho do Conex, todas elas com o condão de recomendar aprimoramentos ao já existente Sistema de Apoio Oficial às Exportações, como se verá a seguir.

1. Garantir ampliação e previsibilidade orçamentária nos mecanismos de apoio fiscal



Como se pode deduzir pela quantidade de instâncias envolvidas na agenda de previsibilidade orçamentária para os mecanismos de apoio fiscal que foram destinatárias das Recomendações Conex, trata-se de tema de alta complexidade.

Nada obstante as dificuldades fiscais que têm afetado todas as áreas, têm sido buscadas em todas as oportunidades a manutenção ou a recomposição orçamentária das políticas de apoio oficial, além de outras medidas complementares de suporte às exportações, o que se refletiu, por exemplo, na retomada em 2022 da aprovação de operações relevantes do SCE.

Ainda nessa linha, o ME tem avançado na discussão de transformação das despesas das políticas de apoio em despesas obrigatórias, havendo, apesar da necessidade de alteração legal para tanto, uma perspectiva positiva de avanço nessa demanda.

2. Exclusão da ABGF do Plano Nacional de Desestatização e manutenção de sua competência de operador do Seguro de Crédito à Exportação



Com relação ao processo de desestatização da Agência Brasileira de Garantias e Fundos Garantidores (ABGF S.A.), a SE-Camex vem atuando para garantir a continuidade da política pública, especialmente prestigiando o papel central que a ABGF exerce na concessão de Seguro de Crédito à Exportação.

Em 16 de março de 2022, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 555/2022, que avaliou as atividades não apenas das áreas responsáveis pelo processo de desestatização, mas também da

SE-Camex, como usuária dos serviços da empresa, apontou a necessidade de que o processo de desestatização da empresa realizado no âmbito do Ministério da Economia leve em consideração as ações em curso nesta Secretaria-Especial de maneira a se mitigar o risco de descontinuidade. Neste contexto, a SE-Camex vem atuando para preservar a capacidade operacional da ABGF de maneira a fazer frente as demandas previstas para o SCE/FGE.

3. Adoção de medidas para modernizar, fortalecer e preservar o sistema público de financiamento às exportações e investimentos; revisão das competências de formulação e operacionalização dos órgãos anuentes; simplificação do processo de financiamento com redução no prazo de aprovação.



Em 30 de janeiro de 2020, por meio da Resolução Gecex nº 12, foi iniciado processo com foco na reforma do sistema de apoio oficial às exportações.

Com base nos comandos emanados do supracitado normativo, amplo debate entre diversos agentes públicos e privados com interlocução no apoio às exportações em nosso país foi coordenado pela SE-Camex. A documentação consolidando as conclusões deste trabalho foi encaminhada ao GECEX. Entretanto, diante da complexidade do

tema e do não estabelecimento de consenso em torno de algumas definições, o

assunto não foi deliberado, aguardando apresentação de novos elementos por parte da Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento para a retomada de seu curso normal.

De toda forma, de modo a manter a política pública operacional e prestigiar a continuidade de seu processo de melhoria, a equipe técnica responsável pela gestão do apoio oficial brasileiro às exportações deu segmento à proposição e implemento de modernizações na política, que ocorrem em paralelo a discussão da reforma do sistema.

Destacamos:

- i) Modernização e consolidação normativa das normas relacionadas ao Proex, por da publicação de novos regulamentos do Gecex e da STN;
- ii) Retomada da aprovação de operações no âmbito do SCE, com harmonização de entendimentos, a partir de posicionamento da PGFN, acerca da concessão de seguro de crédito à exportação e caracterização de despesa pública;
- iii) Início das atividades relacionadas ao monitoramento e avaliação da política pública, com a viabilização, junto à SECEX/SECINT, de acesso às bases de dados de comércio exterior das operações beneficiados por Proex, FGE e BNDES-Exim;

Além desses, também corroborando para as diretrizes dadas pelo Gecex, outras melhorias estão em andamento, buscando o aprimoramento da a intervenção pública, cabendo destacar:

- i) Processo de revisão do regimento interno do Cofig e das normas referentes ao compliance;
- ii) Revisão da Nota Técnica Atuarial do FGE, com potencial aprimoramento de governança na definição dos limites do fundo;
- iii) Continuidade do aprimoramento da gestão orçamentária, com verificação da viabilidade de tornar as despesas do FGE obrigatórias.

4. Avanço no financiamento para o setor de defesa

Status inicial:	Monitoramento
Status atual	Monitoramento
Recomendação vinculada:	N/A
Órgão(s) envolvido(s)	Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior da SECAMEX/ME, Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do ME, Ministério da Defesa

Como já mencionado, o Ministério da Economia tem buscado a manutenção de orçamento e outras medidas complementares para fazer face às necessidades do apoio financeiro oficial às exportações, cabendo destacar a retomada em 2022 da aprovação para cobertura pelo SCE de exportações relevantes, todas elas dos setores de defesa/aeronáutico.

Vale destacar que o governo federal está em fase final de elaboração de um Decreto

específico sobre medidas voltadas ao estímulo à Base Industrial de Defesa, o qual trará disposições também para o aperfeiçoamento das medidas de financiamento e garantias para as exportações do setor.

Eixo Temático 5 – Promoção Comercial

As políticas de promoção comercial são baseadas em diversas ações, tais como estudos de mercado, missões comerciais, feiras comerciais, escritórios de promoção no exterior, entre outros.

Para alcançar as metas estabelecidas pelos programas de promoção comercial, é essencial a integração dos setores público e privado e a criação de mecanismos que atendam efetivamente às necessidades da classe empresarial.

As prioridades elencadas pelos membros do Conex em seu Plano de Trabalho 2021-2022 refletem a demanda por mais ações integradas e que tratem de temas de vanguarda, tais como a promoção comercial de serviços, a inclusão cada vez mais da sustentabilidade como atributo de competitividade e, mais recentemente, a digitalização dos processos de promoção e venda internacional.

1. Fortalecer a imagem dos produtos e serviços brasileiros no exterior, com ênfase nos atributos de sustentabilidade



A Apex-Brasil, no cumprimento de sua missão de promover a imagem dos produtos e serviços brasileiros no exterior, vem intensificando ações voltadas à promoção dos atributos sustentáveis dos mais diferentes setores produtivos brasileiros. Para 2022 está prevista a realização de eventos de imagem e defesa de interesses nos principais mercados-alvo dos exportadores brasileiros, como União Europeia, Estados Unidos e Reino Unido, além da presença brasileira em eventos de alcance global como o WTO Public Forum e a COP 27.

No âmbito setorial, diversas ações de promoção de imagem e defesa de interesses com foco em sustentabilidade deverão ocorrer ainda este ano, cobrindo setores como rizicultura, cafeicultura, açúcar e etanol, suco de laranja, massas e preparações alimentícias, couro, calçados e componentes e máquinas e equipamentos.

No que diz respeito a eventos de promoção comercial, o MRE tem dado especial atenção à participação em feiras e outras exposições setoriais que tenham a

sustentabilidade como parte de suas estratégias de diferenciação diante do público consumidor. Embora essa política seja aplicada de modo transversal nas áreas agrícola, industrial e de serviços, podem ser ressaltados, a título de exemplo, os setores de alimentos, produtos agropecuários, móveis e cosméticos, que seguem essa tendência.

Em especial, como participante do Programa de Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM AGRO), o MRE, juntamente com a Apex-Brasil, o MAPA e entidades privadas brasileiras, tem buscado impulsionar as exportações a partir da melhoria da percepção de mercados estratégicos sobre os produtos do agronegócio brasileiro, por meio de um esforço concentrado de produção e disseminação de informações que destaquem a sustentabilidade, a segurança e a tecnologia dos produtos. Ademais, por meio de sua rede de embaixadas, o Ministério tem promovido eventos na área de sustentabilidade. Exemplo dessa política é o AgriSustainability Talks, realizado em Londres desde 2019, e publicações como o [AgriSustainability Matters](#), que contribuem para a formação de opinião de influentes agentes da economia, da política e da mídia internacionais.

Na esfera de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, várias ações tem sido implementadas para ampliar a visibilidade do tema sustentabilidade na participação do Brasil em feiras internacionais em que o MAPA organiza o Pavilhão Brasil. Dentre estas ações, podemos destacar a participação de empresas com produtos da biodiversidade e bioeconomia, como por exemplo açaí, umbu, castanha do Brasil, entre outros, mostrando ao público externo a produção sustentável destes produtos no Brasil, e em especial na Amazônia. Este ano, está prevista a participação do Brasil em duas feiras Biofach, especializadas em produtos orgânicos, nos Estados Unidos e na Alemanha, sendo estes um espaço importante para trabalhar a imagem do Brasil. Especificamente na feira Biofach Alemanha, devido à importância da Europa nestas discussões, está sendo organizado um evento paralelo à feira, para apresentar cases de sucesso de produção sustentável na Amazônia e no nordeste brasileiro.

Cabe destacar também a parceria entre a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI e a Secretaria de Agricultura Familiar - SAF em várias feiras para a promoção dos produtos da agricultura familiar, o que dá visibilidade ao aspecto social da agricultura brasileira. A SCRI está estudando a participação na COP 27 no Egito e no World Food Forum (WFF) 2022, organizado pela FAO em Roma, bem como em outros eventos relevantes.

Além disso, o DPR estimula que os Adidos Agrícolas brasileiros realizem eventos de promoção de imagem nos países de seus postos. Um exemplo de muito êxito foi o evento "Uma pitada de Brasil", realizado no Marrocos em março deste ano. Foram expostos em um dos principais pontos comerciais de Rabat produtos da nossa sociobiodiversidade: açaí, guaraná, castanha do Brasil, cupuaçu, umbu, maracujá, tapioca, cacau, mel, cafés especiais e castanha de caju, oriundos da agricultura familiar, relacionando estes produtos aos biomas brasileiros, com excelente resultado em termos de imagem.

Ainda, o DPR está trabalhando no desenvolvimento de uma plataforma para a consolidação da visão e ações do MAPA em relação à sustentabilidade socioambiental, de forma a facilitar o acesso a estas informações e bem oferecer subsídios aos Adidos Agrícolas e outros agentes do agronegócio para a promoção da imagem do agronegócio.

Uma das ações do MAPA mais relevantes na área de sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas é o Plano de Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC), agora denominado ABC+ englobando o período de 2020 a 2030. O MAPA vem realizando a divulgação das metas e resultados do Plano ABC nos fóruns internacionais, como forma de estabelecer uma narrativa real e fundamentada sobre as questões ambientais na agricultura brasileira.

Após dez anos de implementação, fazendo a difusão de tecnologias como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, a Recuperação de Pastagens Degradadas, o Sistema Plantio Direto, o tratamento de Dejetos Animais, entre outras, num país de dimensões continentais, o Plano ABC se mostrou ser umas das políticas de maior capilaridade e representatividade no que tange a promoção da sustentabilidade no setor rural. Assim, o MAPA em 2020 começou um processo de revisão do ABC, que a partir das lições aprendidas neste período de dez anos, nos novos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, por exemplo no que tange a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC), estabelecida durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2016, e no novo contexto mundial sobre sustentabilidade e mudanças climáticas que nos encontramos, foi realizada a revisão do ABC e o lançamento do novo [Plano ABC+](#), conforme a Portaria MAPA Nº 323, de 21 de outubro de 2021, que Institui o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, para o período de 2020 à 2030, bem como em abril de 2021, e o lançamento da [Visão Estratégica do Plano ABC+](#) .

O objetivo geral do ABC+ é promover a adaptação da agropecuária brasileira às mudanças do clima e a mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, por meio da gestão integrada da paisagem. Ao compararmos este objetivo com o do ABC anterior, pode-se perceber os avanços ocorridos, ou seja, hoje estamos focando em adaptação, mas não deixando de lado a mitigação dos GEE (gases de efeito estufa), com desenvolvimento de ações que visam levar ao setor oportunidades para sair da vulnerabilidade aos efeitos deletérios das mudanças climáticas em busca de uma maior resiliência, tendo como ferramentas os sistemas, práticas, produtos e tecnologias sustentáveis de produção, numa visão de gestão integrada da paisagem rural.

Por fim, destacam-se as ações da EMBRATUR na promoção do turismo sustentável no Brasil. Reconhecendo a relevância do tema sustentabilidade na estratégia de atuação em todos os segmentos e, principalmente em relação ao Ecoturismo e Aventura (Parques Nacionais, trilhas e observação de fauna e flora), a Embratur mantém no site [Visit Brasil](#) uma seção sobre ecoturismo, com informações sobre o

turismo ecológico em destinos brasileiros e também uma página sobre os [Parques Nacionais Brasileiros](#).

A Embratur possui, ainda, um acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ministério do Turismo para desenvolver ações que visem à promoção nacional e internacional dos destinos, atrativos, atividades e produtos contemplados no âmbito das Unidades de Conservação Federais.

Além disso, promove a participação brasileira em eventos Internacionais segmentados: apresentação dos Parques Nacionais como destinos da prática turística sustentável e ecológica e como atrativo estruturado para o desenvolvimento do turismo internacional. Nesses eventos busca-se demonstrar o alinhamento do Brasil com as entidades públicas responsáveis pela gestão e desenvolvimento ambiental no país.

1. Reforçar as ações de promoção comercial para o setor de serviços



A Apex-Brasil desenvolve atualmente mais de 50 ações de promoção comercial voltadas para o setor de serviços, notadamente para os segmentos de tecnologia da informação, games, start-ups, franquias, editoras e galerias de arte contemporânea, com foco em mercados como China, Europa, EUA, México, Colômbia e Israel.

No contexto de ampliação temática das negociações comerciais do Brasil, os temas de serviços e comércio eletrônico têm assumido importância crescente.

Em matéria de serviços, costumam ser negociadas disciplinas e compromissos para dar mais transparência e segurança jurídica a prestadores de serviços estrangeiros que operam no Brasil, bem como para a exportação de serviços brasileiros, por meio de garantias de acesso a mercados e não discriminação. Esses acordos também costumam prever disciplinas regulatórias específicas, que tem como objetivo promover o alinhamento de políticas internas com as melhores práticas internacionais em temas como serviços financeiros, serviços postais, telecomunicações, regulamentação doméstica movimento temporário de pessoas de negócios.

O tema foi objeto de capítulo nas negociações concluídas com a União Europeia e a EFTA, além de figurar no rol de temas tratados pelo Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile, que entrou em vigor no ano passado. Serviços também compõem a pauta de discussões nas negociações do Mercosul com parceiros extrarregionais, como

Canadá, Coreia do Sul e Singapura. No âmbito do Mercosul, está em andamento a VIII Rodada de Negociações de Serviços, por meio da qual os Sócios estão atualizando seus compromissos para os prestadores de serviços no Bloco. Por fim, na OMC, o Brasil participou ativamente da negociação plurilateral de Regulamentação Doméstica em que se discutiram disciplinas de transparência e procedimentos para evitar que requisitos e procedimento em matéria de licenciamentos, qualificação e padrões técnicos constituam barreiras disfarçadas ao comércio de serviços.

Em relação a comércio eletrônico, o Brasil tem mantido engajamento igualmente ativo, discutindo temas como a não imposição de direitos aduaneiros sobre transmissões eletrônicas; a manutenção de marcos legais nacionais sobre o comércio eletrônico; o reconhecimento de assinaturas eletrônicas, a proteção dos consumidores, a proteção de dados pessoais; a facilitação do comércio por meios eletrônicos; a administração de comércio sem papel; a livre transferência de informações por meios eletrônicos para fins comerciais; a proibição da exigência de instalação de servidores dentro do próprio território como contrapartida para realização de negócios; e a proteção contra mensagens comerciais não solicitadas (“anti-spam”). O tema foi objeto de algumas obrigações na negociação entre o Mercosul e União Europeia e faz parte da lista de temas em negociação pelo Bloco com Canadá, Coreia e Singapura. De igual maneira, o assunto é objeto de capítulo próprio no Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile e foi objeto de discussões concluídas que se materializaram em um Acordo do Mercosul sobre Comércio Eletrônico no final de 2020. Na OMC, discussões plurilaterais sobre o tema também estão em andamento e o Brasil tem mantido participação relevante e ativa, demonstrando seu firme compromisso com a integração comercial e o fortalecimento das condições de competitividade de sua economia em um mundo cada vez mais digital

2. Buscar soluções digitais para ampliar a presença brasileira em mercados estratégicos

Status inicial:	Monitoramento
Status atual	Monitoramento
Recomendação vinculada:	N/A
Orgão(s) envolvido(s)	N/A

Dada a grande convergência temática entre esta e a iniciativa “Ampliação da participação do comércio eletrônico no comércio exterior brasileiro”, a Secretaria-Executiva da CAMEX propõe a fusão de ambas, para acompanhamento unificado das ações relacionadas.

Eixo Temático 6 – Governança

A SE-Camex e a Controladoria-Geral da União (CGU) assinaram Acordo de Cooperação em 2020, cujo escopo foi a melhoria da governança de cinco colegiados da Camex, sendo o Conex um deles.

Considerando a retomada das atividades do Conex em 2020, entendeu-se oportuno realizar o mapeamento dos processos deste colegiado, especialmente no que toca a sua interação com os demais colegiados da Camex e com a sociedade civil, com o objetivo de conferir maior transparência e efetividade ao diálogo público-privado em temas de política comercial.

Diante do exposto, definiu-se como uma das iniciativas prioritárias no âmbito do Plano de Trabalho 2021-2022 o mapeamento dos processos do colegiado, especificamente a construção, publicação, encaminhamento e monitoramento das Recomendações Conex junto aos órgãos com competências relativas às matérias ali discutidas.

1. Mapeamento dos processos do Conex



No âmbito da Consultoria realizada pela CGU junto à SE-CAMEX em 2021, foi feito o mapeamento do processo de emissão e de monitoramento de recomendações no âmbito do Conex, que se encontram no Anexo 4 deste documento. A SE-Camex destacou que o plano de trabalho desse colegiado prevê que sejam feitos e apresentados relatórios semestrais de monitoramento das iniciativas que lá constam.

A consultoria da CGU auxiliou no mapeamento do processo de emissão e de monitoramento de recomendações no âmbito do Conex, apresentando subsídios para a elaboração de recomendações, e na definição de formas de monitoramento dessas instâncias, com sugestões de modelos de plano de trabalho e de relatório de atividades, possíveis objeto de monitoramento e indicadores.



**Câmara de
Comércio Exterior**



**Ministério
da Economia**